

DESTINOS INDUTORES DO TURISMO: uma estratégia de desenvolvimento para pequenos municípios?

Larissa de Mattos Alves

Doutoranda em Geografia | Universidade Estadual de Maringá

Professora MSc. | Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

larissamattosalves@hotmail.com

Ângela Maria Endlich

Professora Dra. PGE/DGE | Universidade Estadual de Maringá

amendlich@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a relação entre o turismo e os municípios com menos de 20 mil habitantes. Seleccionamos municípios de pequeno porte demográfico que considerados expressivos destinos nacionais, contribuindo na geração de emprego, atração de divisas e projetando a imagem do Brasil internacionalmente. Da mesma forma, verificou-se como o turismo interfere nas dinâmicas locais dos pequenos municípios. Os resultados indicam que os pequenos municípios são relevantes na dinamização do turismo nacional e os números gerados pelo turismo, principalmente os relacionados aos empregos, são determinantes em economias de alguns pequenos municípios. Tais evidências comprovam a profunda relação que se estabelece entre o turismo e os pequenos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Pequenos municípios; turismo; desenvolvimento socioeconômico.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a relação entre o turismo e os municípios de pequeno porte demográfico. Pretende-se observar quais municípios de pequeno porte demográfico são considerados expressivos destinos nacionais, contribuindo na geração de emprego, atração de divisas e projetando a imagem do Brasil internacionalmente. Da mesma forma, buscaremos identificar como o turismo interfere nas dinâmicas locais dos pequenos municípios. Ou seja, verificar qual o papel dos pequenos municípios no cenário do turismo nacional e qual o papel do turismo nas dinâmicas socioeconômicas locais.

O número de 20 mil habitantes como limite para classificar municípios de pequeno porte demográfico foi definido com base em outras pesquisas realizadas e na disponibilidade de dados oficiais divulgados. Entre os 5.565 municípios brasileiros, 3.914 têm população menor de 20 mil

habitantes, um grande universo. Para possibilitar as reflexões sobre as relações entre turismo e pequenos municípios serão observados os destinos indutores ao desenvolvimento turístico.

Este artigo consiste em um recorte de um projeto mais amplo que aborda, além das análises aqui apresentadas, reflexões sobre a adequação das políticas públicas de turismo do Ministério do Turismo e Secretaria de Estado do Turismo do Paraná a municípios turísticos de diferentes portes demográficos. A dimensão espacial considerada neste artigo é mais ampla, enquanto o projeto de pesquisa restringe-se a região Noroeste do Paraná.

Em 2007, o Ministério do Turismo, a Fundação Getúlio Vargas e o Sebrae realizaram um estudo no qual identificaram 65 destinos indutores ao desenvolvimento turístico do Brasil. Esses destinos possuem infraestrutura e atrativos turísticos qualificados, capazes de atrair fluxos turísticos nacionais e internacionais, induzindo o desenvolvimento da região em que estão inseridos. Todos os estados da federação têm, ao menos, um destino classificado como indutor. Do ponto de vista da pesquisa, compreende-se que esses 65 destinos representem a diversidade da oferta turística disponível no Brasil.

Desses 65 destinos indutores, apenas dez têm população menor que 20 mil habitantes. Esses dez destinos recebem atenção especial nesse trabalho, com o objetivo de caracterizá-los e identificar relações entre eles. As análises apresentadas pautam-se em dados divulgados pelo IBGE, como população residente (1991, 1996, 2000, 2007, 2010), IDHM (2000 e 2010) e o Índice de Gini (2000 e 2010). Também concentra dados de outras fontes como o Regic, em sua classificação na hierarquia urbana e dados do Portal da Transparência sobre os convênios realizados com o Ministério do Turismo. Especificamente sobre os pequenos municípios, além desses dados, foram considerados os empregos formais gerados pelo turismo (2012, 2013, 2014) e a relação entre o número de empregos e a população residente, além de listar os principais recursos turísticos disponíveis nesses municípios.

2. DESTINOS INDUTORES E A REDE URBANA

Os 65 municípios indutores estão distribuídos em todas as regiões do país. Todos os estados contam com ao menos um município indutor, como é o caso do Acre, Amapá, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe. Outros estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Ceará e Bahia têm quatro ou mais municípios indutores. No Brasil, todas as capitais das unidades da federação são consideradas destinos indutores, ou seja, localidades capazes de atrair fluxo turístico internacional, que concentram atrativos, equipamentos e serviços em quantidade, qualidade e diversidade, capazes de motivar deslocamentos mais longos e com maior taxa de permanência.

Dentre os 65 destinos indutores, 38 têm mais de 100 mil habitantes e apenas 10 deles têm menos de 20 mil habitantes. “Apesar do número de habitantes não ser um elemento seguro para definir a existência de uma cidade, estabelecer um patamar demográfico mínimo serve como ponto de referência, desde que não seja um critério isolado e rígido” (ENDLICH, 2006, p. 87).

O pequeno número de municípios com menos de 20 mil habitantes selecionados como destinos indutores contradiz a proporção dos mesmos no Brasil. O país tem 5.565 municípios, a maioria deles, 70%, têm menos de 20 mil habitantes. Com os 65 destinos indutores do Brasil a proporção de municípios de pequeno porte demográfico é inversa. Oitenta e cinco por cento dos destinos indutores têm mais de 20 mil habitantes, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1: Brasil. Número de municípios do Brasil por classe

Classes de população	Número/porcentagem de municípios por classe			
	Brasil	%	Municípios indutores	%
população até 5.000	1301	23%	2	3%
entre 5.001 e 10.000	1212	22%	2	3%
entre 10.001 e 20.000	1401	25%	6	9%
20.001 e 50.000	1043	19%	11	17%
50.001 e 100.000	325	6%	6	9%
100.001 e 500.000	245	4%	18	28%
Mais que 500.000	38	1%	20	31%
Total:	5.565	100%	65	100%

Fonte: IBGE Cidades (2015) e Ministério do Turismo (2013)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2015)

É preciso fazer a ressalva de que ao optar pelo estudo de municípios, a diferenciação da população entre urbana ou rural, serviços ofertados e populações atendidas não são critérios classificatórios. Nesse sentido, pauta-se nas orientações de Moura (2009, p. 17) que afirma a distinção e a importância da cidade na dinâmica municipal, mas enquanto estratégia metodológica “a opção pela análise foi o município, posto que é sobre esta unidade que incide grande parte dos indicadores selecionados”.

As reflexões aqui tecidas não ignorarão a hierarquia das cidades nas diversas configurações da rede urbana, visto que são determinantes para compreender as dinâmicas municipais e regionais. Devido à mecanização da lavoura e sucessiva diminuição de pessoas no campo, entendidas também como facetas da globalização, as considerações sobre as condições sociais de vida dos moradores da cidade servem, salvo suas proporcionalidades, para compreender a população municipal como um todo, já que grande parte da infraestrutura, equipamentos e serviços são compartilhados tanto por moradores do campo, como por moradores das cidades.

Os serviços e infraestruturas disponíveis são aspectos de grande relevância em um destino turístico, e variam de acordo com o porte das cidades. Os serviços de transporte, comunicação, alimentação e hospedagem são determinantes na atração de turistas. Contudo, serviços de uso prioritário ao morador, como serviços de saúde e bancários são igualmente relevantes em um destino turístico. Também podem ter interesse turístico algumas especialidades produtivas que, por seus aspectos tecnológicos, culturais, ambientais ou mesmo econômicos, são capazes de atrair fluxos de visitantes. Dessa forma, os estudos sobre rede urbana, ao interpretar a combinação de elementos no espaço, evidenciam particularidades de interesse turístico.

A diversidade diz respeito às possíveis combinações dos mesmos elementos que, entretanto, ao se concretizarem, o fazem de modo específico, pois cada um desses elementos assume a sua própria especificidade. Entre estes elementos estão a gênese dos centros, o tamanho deles, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e as relações espaciais que dela derivam (CORRÊA, 2006, p. 275).

A disponibilidade de infraestrutura, serviços e atrativos turísticos configuram espacialidades particulares que vão, por fim se formatar em produtos turísticos diferenciados. A disposição desses elementos no espaço não leva à relação direta entre a qualidade de um destino turístico e a infraestrutura e serviços disponíveis. Vale o simples exemplo de que um destino de turismo de negócios e eventos exige serviços aéreos, tecnológicos, bancários, entre outros prioritariamente urbanos, enquanto o ecoturismo e o turismo rural são exemplos menos seletivos em relação à infraestrutura e serviços urbanos. Porém, a qualidade ambiental e aspectos socioculturais têm menor relevância no turismo de negócios.

Algumas modalidades de turismo exigem atualizações tecnológicas, onde os turistas são atraídos pelas novas formas e funções dispostas no espaço, como o turismo técnico científico. Outras modalidades pautam-se na inércia das formas espaciais, impondo novas funções, como o uso turístico e o educacional, valorizados no turismo cultural e rural, por exemplo. Novamente, as reflexões de Corrêa sobre a rede urbana servem para compreender os usos turísticos do espaço:

O tempo, impregnado de processos, funções e formas, assim como das contradições delas derivadas, é um determinante fundamental que fixa, ao menos temporariamente, os elementos combinados da rede urbana. Encarrega-se de transformar esses elementos e suas combinações, ainda que nessa transformação a inércia das formas espaciais esteja em ação (CORRÊA, 2006, p. 277).

Considerando as orientações de Corrêa, busca-se neste trabalho compreender as particularidades dos pequenos municípios, refletir sobre os diferentes papéis que conseguem desempenhar no turismo, e como isso influencia o bem estar social.

3. PEQUENOS MUNICÍPIOS INDUTORES AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL

Os municípios com aproximadamente 20 mil habitantes, ou menos, apresentam características comuns. Os atuais municípios de pequeno porte demográfico foram, no passado, importantes centros locais ao centralizar serviços e decisões econômicas e políticas que envolviam a sua produção agrícola. “Essas pequenas localidades possuíam papel extra-econômico já que funcionavam como ponto de encontro e de convergência das relações sociais” (ENDLICH, 2006, p. 90).

Por influência dos processos de industrialização e urbanização, os pequenos municípios sentiram, assim como os grandes e os médios centros, os efeitos da mecanização da agricultura e do êxodo rural. Também como reflexo de tais processos, a logística e conectividade entre os centros urbanos se intensificaram, ampliando o acesso da população a serviços e produtos em localidades mais distantes e diminuindo a necessidade de produtos e serviços, bem como a oferta de empregos nos centros locais (ENDLICH, 2006).

Com base nos dados do Censo de 2000, confirma-se a tendência de esvaziamento dos municípios com pequenos núcleos urbanos, pois dos 5.507 municípios brasileiros, 27,2% do total tiveram declínio de população e outros 40% dos municípios estão abaixo da média nacional de 1,6% ao ano, a maioria destes demograficamente pequenos (ENDLICH, 2006, p. 182).

Ainda que sofram profundo efeito do declínio populacional, os municípios de pequeno porte demográfico ainda desempenham relevante papel na rede urbana, nas relações de trabalho, e principalmente na vida das populações locais e regionais.

Entre os 3.914 municípios brasileiros com população menor de 20 mil habitantes, apenas dez são considerados municípios indutores ao desenvolvimento turístico do país. A maior parte desses pequenos destinos indutores está localizada na região Nordeste. Dois destinos indutores estão na Bahia: Maraú e Lençóis, dois outros no Ceará: Jijoca de Jericoacoara e Nova Olinda. Outras duas localidades de pequeno porte no Nordeste brasileiro são Tibau do Sul - RN e Fernando de Noronha - PE¹. Dentre os seis pequenos destinos indutores do Nordeste, quatro são localidades litorâneas, destacando-se no turismo devido aos seus recursos naturais. Os demais, Lençóis - BA e Nova Olinda - CE, localizados no interior de seus estados, dispõem principalmente de recursos culturais.

Os demais municípios de pequeno porte demográfico considerados destinos indutores ao turismo no Brasil, dois estão na região Centro-Oeste do país: Alto Paraíso de Goiás - GO e Bonito

¹ Fernando de Noronha recebeu em 1938 o título de distrito do município de Recife - PE. Em 1942, o distrito é desmembrado de Recife e elevado a categoria de território federal, considerado uma unidade da federação. Pela Constituição Federal, em 1988, Fernando de Noronha é novamente reincorporado do Estado de Pernambuco como distrito estadual (IBGE, 2016). Fernando de Noronha é o único destino indutor que não é um município. Porém, nessa pesquisa não se atentará a essa particularidade visto que o distrito estadual dispõe dos dados necessários para estabelecer sua comparabilidade com os demais municípios indutores.

- MS, além de Tiradentes - MG, localizado na Região Sudeste e Mateiros - TO, situado na região Norte. Esses quatro municípios estão localizados no interior de seus estados e não dispõem da oferta do turismo de sol e mar, tão valorizada no Brasil.

O reconhecimento turístico desses pequenos municípios deve-se aos recursos naturais ou culturais de interesse turístico, como é o caso de Tiradentes - MG. Excetuando-se Tiradentes e Nova Olinda, todos os demais pequenos destinos indutores têm em seus limites políticos administrativos unidades de conservação como parques nacionais, estações ecológicas ou outras relevantes áreas de preservação. A região Sul é a única que não tem nenhum município de pequeno porte demográfico entre seus destinos indutores. Apenas oito unidades da federação contam com destinos indutores de pequeno porte demográfico.

Entre os 65 destinos indutores do turismo no Brasil, os municípios de pequeno porte demográfico concentram os piores índices de desenvolvimento humano – IDHM (2010) e os menores valores de convênios estabelecidos com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2015). Essa situação desfavorável contrapõe-se aos municípios de grande porte demográfico, que dominam o *ranking* do IDHM e dos recursos disponibilizados pelo MTur.

No entanto, nos municípios mais populosos que se verificam as maiores desigualdades sociais, de acordo com o índice de Gini (2010). O desequilíbrio econômico é gritante nos grandes centros urbanos, ainda que não seja exclusividade dos mesmos.

Os problemas urbanos das pequenas cidades são os mesmos vistos em cidades de porte médio e grande. A diferença reside na escala. Nessas localidades o processo de favelamento existe e está intimamente relacionado ao processo de modernização do campo que expulsa levas de migrantes para as periferias destas localidades e, também, geram os conflitos habitacionais com invasões e ocupações de áreas de risco (BACELAR, 2009, p. 5).

Os destinos indutores de grande porte demográfico ocupam função central na rede urbana, desempenhando papéis metropolitanos. Os municípios de pequeno porte demográfico, por sua vez, mesmo que se destaquem nacionalmente enquanto destino turístico, não têm grandes áreas de influência. Os municípios de pequeno porte atendem com seus produtos e serviços de conveniência pequenas populações locais, ao mesmo tempo em que precisam recorrer a centros urbanos maiores para acesso a produtos e serviços mais especializados. Os destinos indutores de pequeno porte demográfico, por exercer na rede urbana pouca influência regional, são considerados centros locais, excetuando Maraú - BA, classificado no Regic (2007) como Centro de Zona.

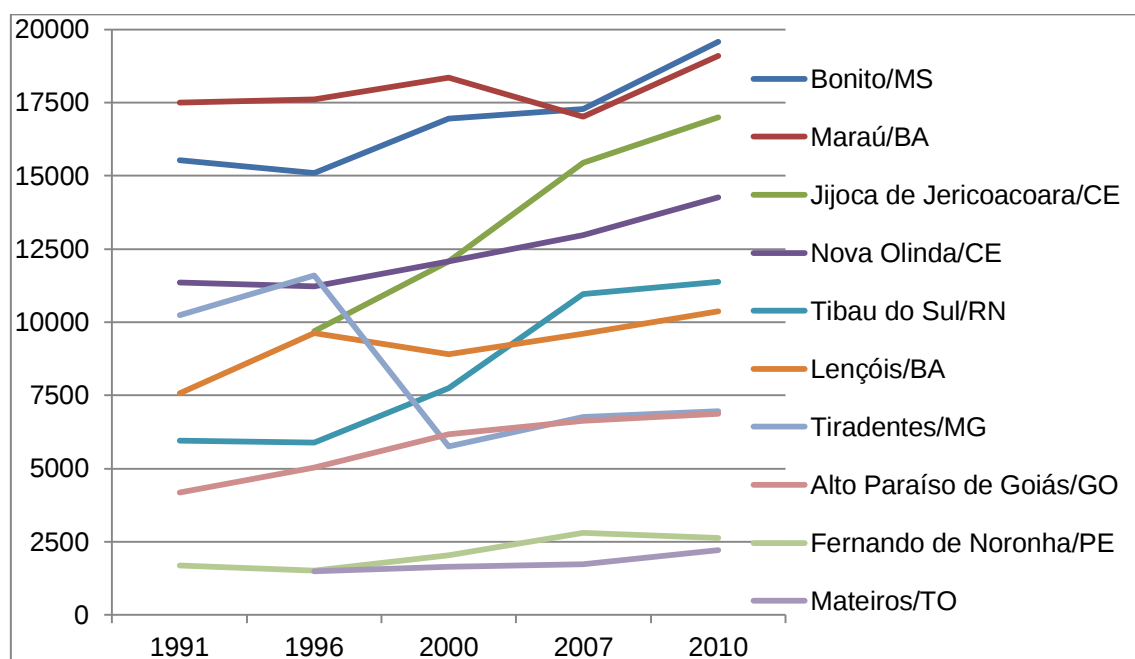
A população desses destinos varia entre 2.223 moradores de Mateiros - TO e 19.587 residentes de Bonito - MS, o município mais populoso da classe. Conforme mencionado, a perda de população em pequenos municípios foi muito comum no Brasil após os processos de mecanização do campo e industrialização nas cidades. A estagnação, o decréscimo ou aumento

populacional pouco expressivo instalou-se especialmente em localidades distantes de cidades economicamente dinamizadas.

De uma maneira geral, as pequenas cidades, quando se localizam distantes de centros economicamente dinâmicos, tendem a reduzir a sua população. Isto decorre da falta de perspectivas, principalmente para a população jovem que migra, da redução da fecundidade mais acentuada neste tamanho de cidades e também da ausência destes jovens no contexto do processo produtivo. Neste sentido, a migração decorre da incapacidade destas cidades de gerarem recursos suficientes para promover uma melhoria da qualidade de vida de seus residentes (FIGUEIREDO, 2008, p. 54).

Alguns dos dez pequenos destinos turísticos também sentiram esses efeitos como é o caso de Lençóis e Maraú, onde a perda populacional foi mais evidente (GRÁFICO 1).

Gráfico 1: Brasil. População dos municípios indutores do turismo no Brasil (1991-2010)



Fonte: IBGE Cidades (2015).

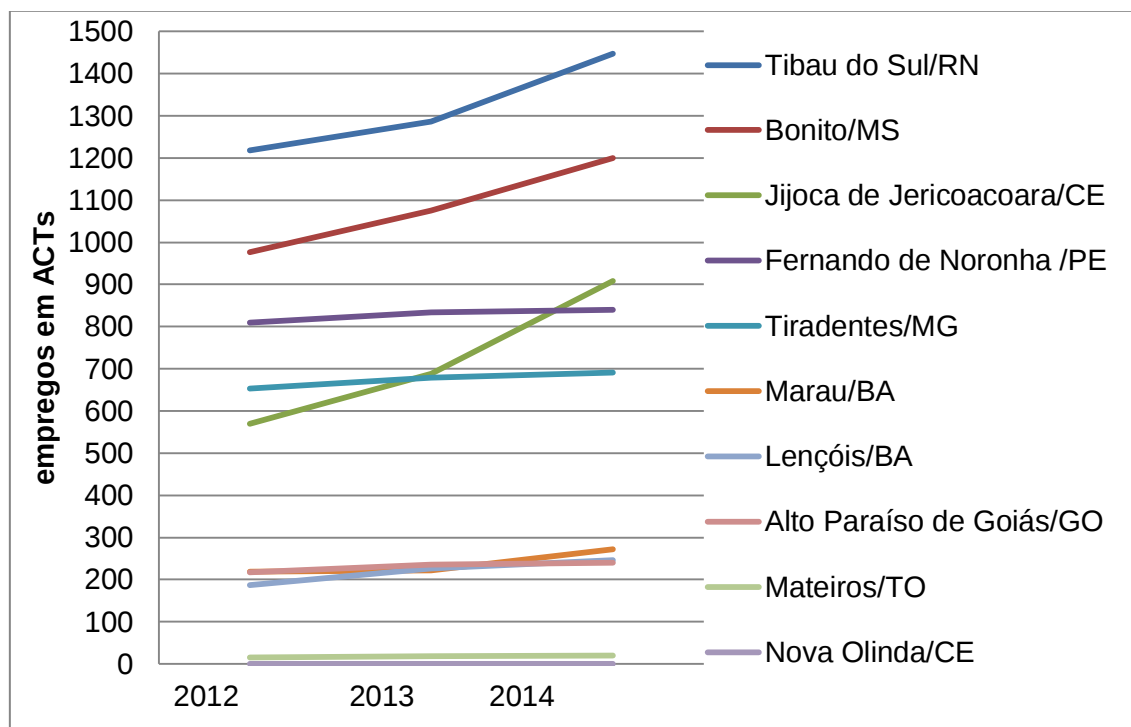
Org.: Larissa de Mattos Alves (2015)

Contudo, com poucas exceções, é possível verificar que os destinos turísticos de pequeno porte demográfico no Brasil tiveram crescimento populacional entre 1991 e 2010. O crescimento populacional acontece nos 65 destinos indutores, independente do seu porte. O único destino indutor que apresentou discreta diminuição do número de habitantes foi Foz do Iguaçu, mas a estimativa do IBGE é que em 2015 o número de habitantes tenha se ampliado. O cenário menos negativo, nesses municípios, sugere que talvez o turismo tenha se apresentado nas últimas décadas como uma estratégia adequada para reverter a evasão populacional, inclusive em municípios de pequeno porte demográfico.

Ainda que o aumento de população não signifique melhorias nas condições sociais dos residentes, pode significar melhora das ofertas de empregos, tornando o município economicamente mais interessante.

Os dados do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo - SIMT, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (BRASIL, 2014), parecem ser os mais adequados para observar a ocupação em Atividades Características do Turismo (ACT): alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transporte; e cultura e lazer. Segundo tal estudo, os dez municípios indutores ao desenvolvimento do turismo de pequeno porte demográfico, em 2014, totalizaram 5.865 empregos formais. Quanto aos números absolutos sobre os empregos formais nos pequenos municípios turísticos, Tibau do Sul (RN) é o município com maior número de ocupados no setor de turismo: 1.448 trabalhadores no ano de 2014. Seguido de destinos internacionalmente conhecidos como Bonito (1.200 empregados) e Jijoca de Jericoacoara (909 registrados). Em Fernando de Noronha, com 2.630 habitantes, as atividades características do turismo geraram 840 empregos no ano de 2014 (GRÁFICO 2).

Gráfico 2: Brasil. Número de empregos em Atividades Características do Turismo dos municípios indutores (2012-2014)

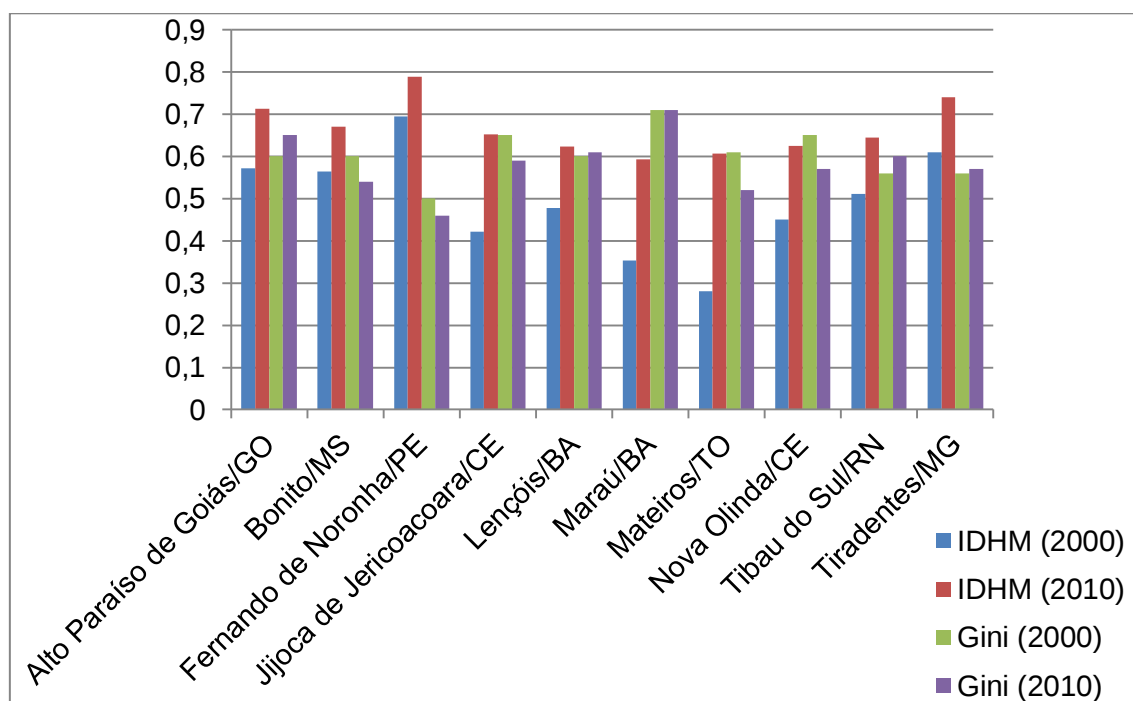


Fonte: Ipea (2014)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Excetuando Nova Olinda e Mateiros, todos os demais pequenos destinos indutores têm ao menos 200 empregos formais gerados pelo turismo. O emprego mostrou-se crescente entre 2012 e 2014, em detrimento às crises econômicas mundiais. Ainda segundo o Ipea, observando a média nacional, é possível estimar que para cada emprego formal, existem 1,06 empregos informais (IPEA, 2014). A proporção entre empregos formais e informais sugere que os dez pequenos destinos turísticos concentrem 6.159 empregos informais, totalizando mais de 12 mil empregos em atividades relacionadas ao setor. A maior parte dos empregos formais provém dos meios de hospedagem. Além do aumento demográfico e da oferta de emprego, é importante assinalar que os índices de desenvolvimento humano também apresentaram melhoras na maioria dos municípios, nos últimos 10 anos (GRÁFICO 3).

Gráfico 3: Brasil. IDHM e Gini dos municípios indutores (2000-2010)



Fonte: IBGE Cidades (2015)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

O conjunto de dez municípios parece uma pequena amostra a se considerar em escala nacional, ainda assim, apresenta muitas diferenças. Não há como estabelecer comparação entre os municípios localizados no litoral nordestino como Fernando de Noronha e Mateiros no interior do Tocantins, por exemplo, que tiveram histórias e propósitos inteiramente diferentes entre si.

As pequenas cidades são bastante diferenciadas entre si. Esse fator ocorre tanto pela própria diversidade da formação espacial do país, bem como pelos processos locais de cada espacialidade, pela atuação dos agentes sociais e do Estado e pelas particularidades sócio-culturais, assim como pela sua localização geográfica, suas condições de acessibilidade, bem como pela maior ou menor inserção dos

lugares na economia globalizada, entre outros (ALVES; MELO; SOARES, 2009, p. 8).

Além dos processos históricos de ocupação peculiares, o perfil da população e seus investidores também podem influenciar o desenvolvimento turístico de um pequeno município. A participação popular e as iniciativas locais são ações que, quando concretizadas podem impor relevante dinâmica na atividade turística em pequenos municípios. Alguns fatores favorecem a atuação social em pequenos municípios, como a proximidade nos relacionamentos entre os moradores e as semelhanças no perfil socioeconômico das famílias, que direcionam para demandas solidárias.

Os resultados positivos que a participação política das populações nas melhoras socioeconômicas são observados em Fernando de Noronha. Tendo o turismo como principal atividade econômica, a Ilha destaca-se em diversos indicadores socioeconômicos. Em relação ao Estado de Pernambuco, Fernando de Noronha apresentava, em 2005, os melhores índices como IDH, renda per capita, esperança de vida, percentual de pobres e analfabetos. Tal sucesso é atribuído aos empregos gerados pelo turismo e aos moradores que participam efetivamente das decisões políticas e econômicas da localidade.

No ano de 2005, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, a ilha era o local do Nordeste com maior Índice de Desenvolvimento Humano (0,862), maior renda per capita (R\$ 558,95 em 2000) e maior esperança de vida (75,11 anos). Possuía também menor percentual de pobres (2,74%) e de analfabetos com 25 anos ou mais (6,69%) da região. O que se destaca nesses dados é seu contraste com a média nordestina, uma vez que a principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, a mesma de muitas outras cidades da Região. Para o coordenador regional da Fundação Getúlio Vargas em Pernambuco (2005) e organizador do Mapa do Fim da Fome no Estado, Jorge Jatobá, a ilha é um caso especial. A população pequena, a grande oferta de trabalho bem-remunerado no turismo, a comunidade bem articulada politicamente são os principais fatores que influenciam a prosperidade do lugar. De acordo com Jatobá, as demandas sociais sempre foram cobradas de forma forte pelos líderes comunitários. A administração do arquipélago nunca deixou de investir em saúde e educação (ROCHA; BRASILEIRO, 2013, p. 82).

Também em Noronha se observa leve melhora no índice de Gini, que mede a desigualdade social. Devido à grande restrição de posse de terra e número de moradores dessa Ilha, considerada uma unidade de conservação, Fernando de Noronha não conta com empreendimentos turísticos de cadeias internacionais. Porém, investidores externos apropriam-se da gestão de pousadas, instaladas em casa de pescadores. E, mesmo entre os moradores mais antigos, a concentração de capital também se observa na prestação de serviços turísticos.

O exemplo de participação social visto em Noronha não é comum em todos os destinos turísticos localizados em pequenas localidades. Nem sempre as iniciativas locais são responsáveis pela dinamização econômica dos pequenos municípios. Em alguns casos, são

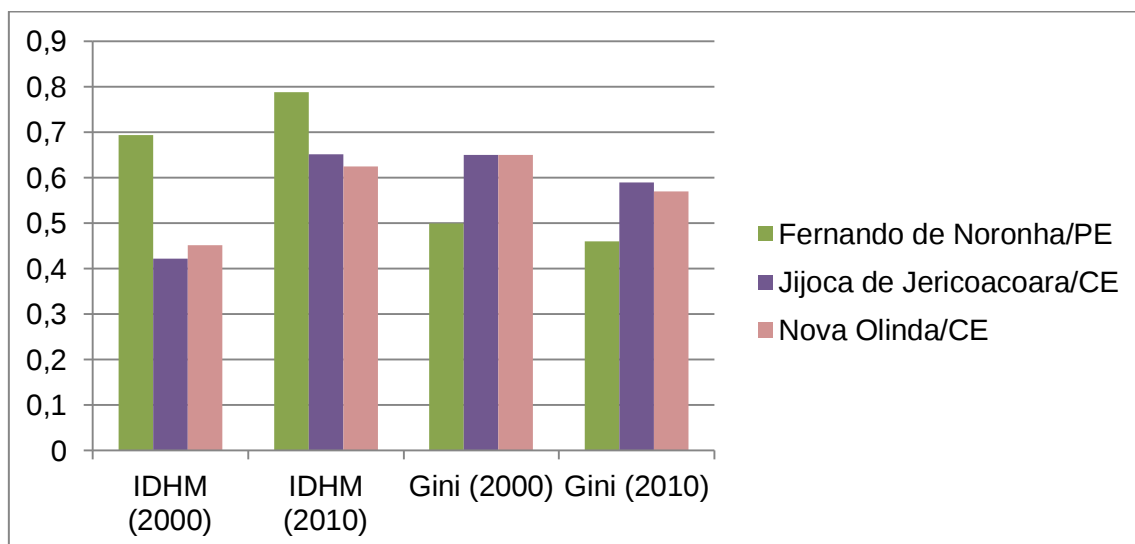
capitais externos que identificam a vocação turística em pequenos municípios e, sem considerar os interesses e demandas locais, criam empreendimentos turísticos.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade (DAMIANI, 2006, p. 136).

Jericoacoara (CE), por exemplo, com apenas 17 mil habitantes atrai, além de turistas de diversas partes do mundo, investidores internacionais. Nesse município turístico, devido à grande sazonalidade imposta ao litoral brasileiro, as tradicionais redes hoteleiras internacionais encontradas nos grandes centros de negócios, ainda não se instalaram. Porém, redes hoteleiras especializadas em destinos de lazer já operam no litoral brasileiro. Um exemplo é o Grupo *My Blue*, especializado em empreendimentos hoteleiros de luxo, do empresário italiano Giovanni Bofize, que conta também com hotéis na África e no México. No Brasil, o grupo é responsável por quatro empreendimentos de luxo na mais famosa vila de Jericoacoara, sendo que, no novo hotel, foram investidos mais de dez milhões de reais (O ESTADO, 2014). Tal perfil hoteleiro mostra-se inadequado para a sociedade local por dois motivos. Primeiro por ser um produto turístico que a sociedade local não pode consumir, com diárias que têm o valor da renda média mensal da população local. O segundo motivo é que o capital local raramente consegue competir com os grandes investimentos internacionais.

O capital internacional atrelado ao forte crescimento populacional (em 1996, Jericoacoara tinha menos de 10 mil habitantes) talvez sejam os responsáveis pelos índices mais discretos do município, em relação a Fernando de Noronha (Gráfico 4).

Gráfico 4: Região Nordeste. IDHM e Gini de destinos indutores do Nordeste (2000-2010)



Fonte: IBGE Cidades (2015)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Nota-se melhoras nos índices dos três municípios. Fernando de Noronha teve pequeno incremento da população e nos empregos formais em atividades características do turismo. Em Jericoacoara, por sua vez, houve maior crescimento populacional no período (cinco mil novos moradores em 2010 em relação a 2000), mas também ampliação no número de postos de trabalho, de 570 em 2012, para 909 em 2014.

Porém, não é possível estabelecer uma relação de causa e consequência entre o turismo e os índices populacionais, de Gini e desenvolvimento humano, principalmente ao observar o último município apresentado no gráfico anterior. Nova Olinda (CE) apresentou incremento populacional, melhoras nos índices de desenvolvimento e desigualdade social, porém, desde fevereiro de 2012 não registra nenhum emprego formal em atividades características do turismo. Nota-se que mesmo no nordeste brasileiro, com diversas características comuns, municípios de pequeno porte demográfico desenvolvem-se de formas particulares, acarretando em muitas diferenças socioeconômicas.

As regiões Centro-oeste e Sudeste têm pequenos municípios indutores do turismo: Bonito/MS, Alto Paraíso/GO e Tiradentes/MG. Esses municípios apresentam algumas características semelhantes: estão localizados no interior de seus estados e seus atrativos turísticos estão pautados em recursos naturais e culturais. Refletir sobre tais pequenos municípios indutores, pode auxiliar na compreensão das possibilidades de desenvolvimento turístico para a descentralização do turismo de praia e mar consolidado no litoral brasileiro.

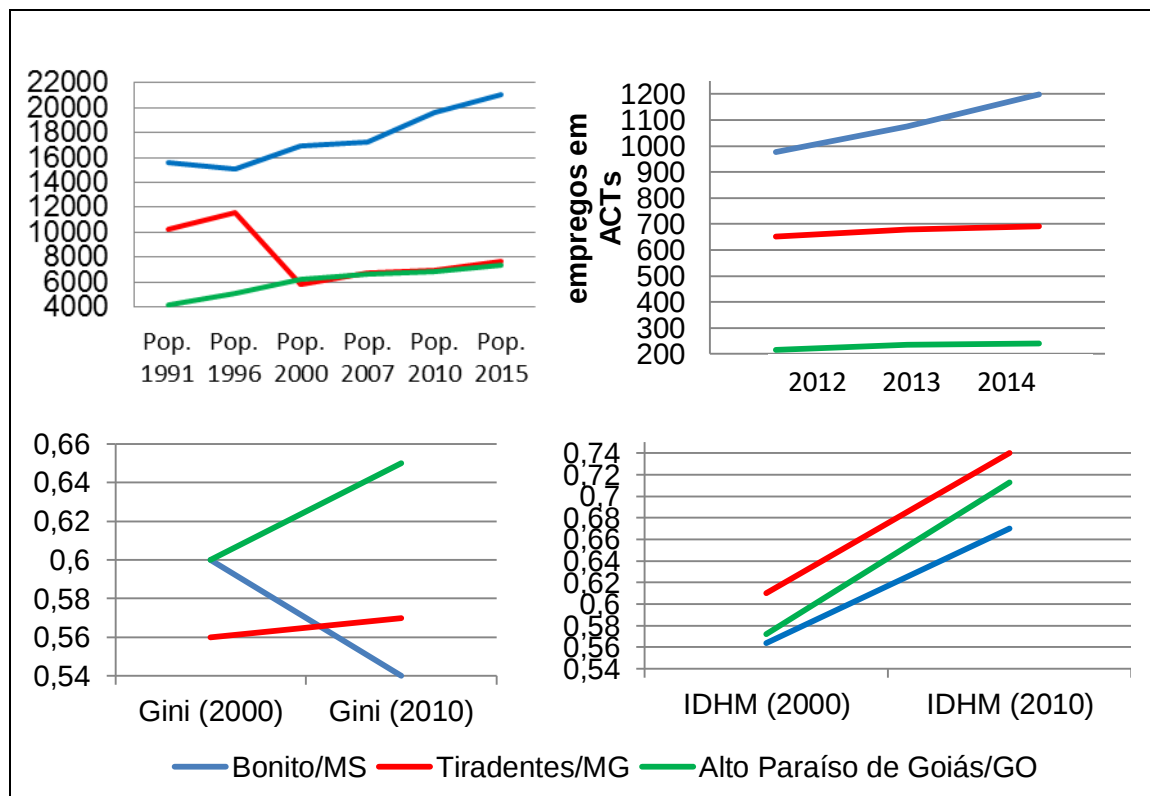
Esses três municípios não se destacam entre todos os 65 destinos indutores nos índices de Gini e IDHM. Contudo, em relação aos dez pequenos destinos, Bonito, Tiradentes e Alto Paraíso de Goiás têm os maiores IDHM, atrás apenas de Fernando de Noronha e os maiores valores de convênios estabelecidos com o MTur. Em relação à proporção entre valores conveniados e habitantes, estes municípios destacam-se entre todos os 65 destinos indutores do Brasil.

Para compreender melhor esses três municípios, é necessário refletir sobre as semelhanças e peculiaridades de cada município. Na próxima figura estão alguns dados, concentrados e organizados, com objetivo de permitir melhor visualização e comparação do histórico populacional, IDHM e índice de Gini, divulgados pelo IBGE, empregos formais registrados entre 2012 e 2014 pelo Ipea (Figura 1).

Bonito, Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes apresentam, de acordo com as últimas contagens populacionais, crescimento demográfico. A diminuição da população entre os anos

1996 e 2000, no município de Tiradentes, deve-se à emancipação de Santa Cruz de Minas, que levou 7.042 habitantes.

Figura 1: Região Centro Oeste e Sudeste. IDHM, Gini, População e empregos de pequenos destinos indutores



Fonte: IBGE Cidades (2015) e IPEA (2014)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Também é crescente o número de empregos registrados entre 2012 e 2014. É possível notar, nos dois primeiros gráficos apresentados na imagem anterior, que o crescimento dos empregos em atividades características do turismo é proporcional ao crescimento populacional. Bonito teve, nos últimos anos, um maior incremento da população em relação aos demais municípios. Nota-se também que a linha que representa os empregos em Bonito também é mais íngreme.

Tiradentes e Alto Paraíso, por sua vez, têm menor crescimento populacional e de empregos em ACTs. Entre 2012 e 2014, Bonito registrou 224 novos empregos formais, número muito maior do que as novas ocupações registradas em Tiradentes (39 empregos) e Alto Paraíso de Goiás (24 empregos). Nos dois primeiros gráficos é possível verificar que as populações registradas, nesse século, são semelhantes em Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes. Porém, os empregos registrados são, proporcionalmente, muito maiores em Tiradentes (692 empregos formais), do que em Alto Paraíso de Goiás (232 registros).

A melhora no IDHM é observada nos três municípios nos últimos dez anos. Contudo, um pouco mais evidente em Alto Paraíso de Goiás do que em Tiradentes e Bonito, em detrimento do menor número de empregos. Nos gráficos, é possível verificar relação entre o aumento da população, dos empregos e do IDHM. Porém, com exceção de Bonito, nos demais municípios, a variação índice de Gini entre 2000 e 2010 não segue a mesma lógica de melhora.

Tiradentes apresentou moderado crescimento na população e nos empregos e destaca-se como melhor IDHM dentre os três. O peculiar patrimônio histórico cultural de Tiradentes exige atenção dos gestores públicos, responsáveis por sua proteção, restauração e manutenção. Porém, em relação aos 65 destinos indutores, Tiradentes está no final da lista de valores repassados pelo Mtur.

É preciso considerar que os investimentos públicos nem sempre direcionam ao desenvolvimento local. Os investimentos em infraestrutura e valorização dos atrativos turísticos podem direcionar a uma especulação imobiliária, na qual a comunidade local não consegue permanecer, isso quando não são feitas com esse propósito. Os investimentos públicos e privados contribuíram para reprodução desse cenário em Tiradentes.

É certo que o conjunto de investimentos proporcionou a reabilitação da cidade histórica, que, se não fosse isso, estaria completamente descaracterizada ou mesmo destruída, como se tem observado em outras cidades no interior mineiro. [...] A reorganização promoveu o desenvolvimento econômico da antiga vila [...] promoveu também a exclusão e segregação [...] aumento exagerado dos aluguéis do centro da cidade, [...] expulsa dali o antigo comércio. As análises dos espaços turísticos devem contemplar todos esses fatores para identificar até que ponto a produção e o consumo do espaço dos municípios têm sido um fator de desenvolvimento econômico e social das comunidades locais (MAGALHÃES, 2002, p. 74).

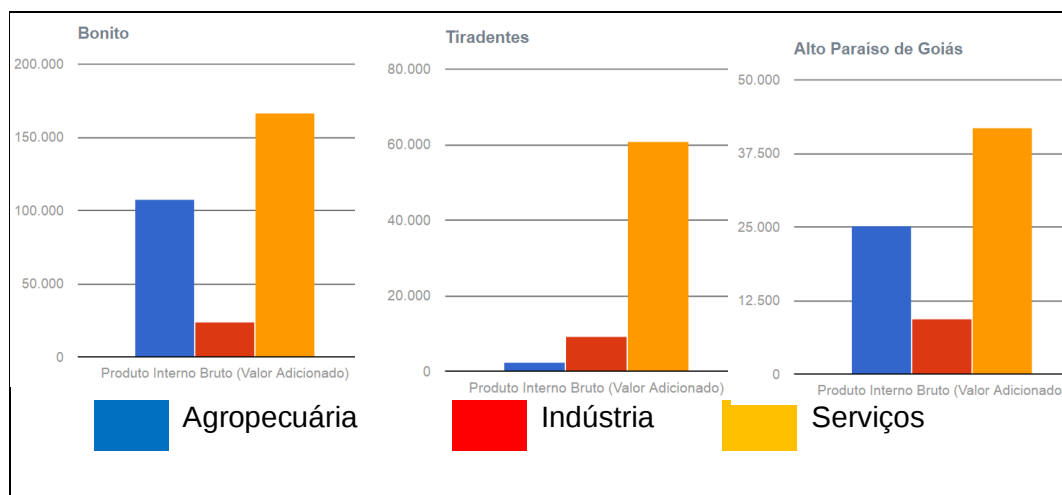
Talvez essa desigualdade social seja responsável por fazer com que o índice de Gini apresente piora em Tiradentes, indo em direção contrária à ampliação da população, dos empregos e IDH.

Bonito e Alto Paraíso de Goiás tinham, em 2000, o mesmo índice de Gini. Em dez anos ambos os municípios distanciaram. Bonito melhorou seu Gini na mesma proporção que Alto Paraíso de Goiás observou ampliação da sua desigualdade.

A polaridade dos índices desses dois municípios não se explica pela participação das atividades econômicas na composição do PIB. Apenas Tiradentes segue a proporção nacional, onde os serviços são mais representativos na composição do PIB, a indústria ocupa a segunda posição e a agropecuária tem pequena contribuição. Em números absolutos, Tiradentes e Alto Paraíso de Goiás têm PIB próximos, e a contribuição mediana da agropecuária também é semelhante. Mas, devido ao terreno acidentado, no município mineiro a agropecuária tem

pequena contribuição na composição do PIB, enquanto o município goiano destaca-se pela significativa participação da agropecuária em proporção aos serviços.

Figura 2: Região Centro Oeste e Sudeste. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Bonito, Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes



Fonte: IBGE Cidades (2015)

Apesar das grandes diferenças populacionais, de distribuição da renda, de empregos em Bonito e Alto Paraíso de Goiás, a composição do PIB são proporcionalmente semelhantes, onde a indústria tem participação discreta, enquanto os serviços se destacam, com contribuição significativa da agropecuária.

Por isso, não é possível afirmar que as melhorias dos índices de Bonito devem-se a uma economia diversificada, não pautada exclusivamente em um setor produtivo. Pois, Alto Paraíso de Goiás apresenta proporcionalmente melhor distribuição entre as atividades econômicas na composição do PIB, mas ainda apresenta uma grande desigualdade da distribuição de renda. A princípio, parece que o turismo contribui com o desenvolvimento socioeconômico de Bonito, o que sugere que indica o turismo como um vetor econômico que direciona municípios de pequeno porte demográfico ao desenvolvimento local.

Tal como as indústrias culturais e criativas, também o setor turístico foi conquistando, ao longo da segunda metade do século XX, a reputação de ser uma atividade com elevada capacidade de expansão e forte potencial econômico – uma das grandes indústrias do século XXI, como frequentemente é qualificado. O seu interesse estratégico, principalmente em cidades pequenas e médias, viu-se em muitos casos acentuado em virtude de os poderes e os agentes econômicos locais verem nele um dos setores capazes de recuperar a competitividade e o dinamismo econômico perdidos na sequência dos processos de desindustrialização (GOMES, 2012, p. 7).

No entanto, o crescimento dos indicadores socioeconômicos caminha ao lado do crescimento populacional, tirando, aos poucos, esses destinos da classe de pequenos municípios.

Bonito também exemplifica isso, pois de acordo o IBGE, estima-se que em 2015 o município já tenha ultrapassado os 20 mil habitantes. Os pequenos municípios, “entre a grandeza cosmopolita das metrópoles e a proximidade ao rural mais localista, enfrentam constantemente desafios e dilemas entre a possibilidade de crescimento e a preservação da sua pequenez” (GOMES, 2012, p. 5).

A manutenção do pequeno porte demográfico dos municípios não interessa aos poderes públicos nem aos agentes econômicos, principalmente devido à perpetuação da ultrapassada “ideia de que elas [as cidades] deveriam ser coisas grandes. Que fossem extraordinárias ou terríveis na sua grandeza era indiferente, desde que fossem grandes” (GOMES, 2012, p. 5).

A concentração demográfica, via de regra, gera impactos socioambientais, e especialmente no caso de Bonito, não condizem com as aspirações de representantes políticos, gestores e planejadores ao promover o município como melhor destino de ecoturismo do Brasil. É preciso equilibrar o engrandecimento de Bonito como destino internacional com suas características de pequeno município, que compõem sua particularidade enquanto produto turístico.

À medida que se vêm intensificando as lógicas de circulação globais, ganham cada vez mais importância, na atração [...] de fluxos de turistas e visitantes, os particularismos de cada cidade, as suas especificidades, aquilo que as distingue num sistema urbano cada vez mais globalizado (GOMES, 2012, p.8).

É necessário que os pequenos destinos turísticos consigam equilibrar o crescimento populacional, mantendo-se municípios de pequeno porte demográfico. É um desafio para os pequenos municípios “contornar a pequenez do seu tamanho e alcançar uma influência maior, inscrevendo-se e participando de fluxos e espaços socioeconômicos, culturais e simbólicos mais amplos” (GOMES, 2012, p. 10). A participação nesses fluxos e as relações geograficamente mais amplas são possíveis em pequenos municípios via turismo, considerado “uma rara oportunidade de regeneração econômica. [...] Através do turismo, cidades pequenas ou médias podem ultrapassar a sua dimensão territorial e, ainda que somente por essa via, são de alguma forma cidades globais” (GOMES, 2012, p. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o cenário de fragilidade dos pequenos municípios brasileiros, e para reverter esse quadro, diversas estratégias de desenvolvimento são pensadas para essas localidades. Novas funções, como o turismo, surgem como possibilidades de reinserção dos pequenos municípios na rede urbana, pois os novos papéis podem significar centralização de serviços

especializados, dinamizando economias e trazendo melhoras nas condições sociais das populações envolvidas.

As reflexões, aqui iniciadas, sugerem que os pequenos municípios são relevantes na dinamização do turismo nacional. Bonito e Tiradentes são exemplos de municípios de pequeno porte demográfico que atraem turistas internacionais e contribuem na consolidação do produto turístico nacional no mercado. Os números gerados pelo turismo, principalmente os relacionados aos empregos, são determinantes em economias de alguns pequenos municípios. Tais evidências comprovam a profunda relação que se estabelece entre o turismo e os pequenos municípios, objetivo central deste trabalho.

Compreender o efeito do turismo no desenvolvimento socioeconômico de um pequeno município é tarefa complexa e exige análise atenta, pois a atividade pode acarretar em resultados, positivos e negativos, para as comunidades receptoras. A chegada de turistas em pequenas localidades pode acarretar em resistência e insegurança por parte dos moradores locais, a concentração de visitantes pode aumentar o tráfego, congestionamentos e a poluição, enquanto os benefícios econômicos da chegada desses visitantes ficam restritos a poucos empresários. Porém, quando esses ganhos econômicos são socialmente distribuídos e estimulam a valorização e preservação da natureza e cultura locais, efeitos positivos da atividade podem ser observados.

Medir os efeitos do turismo e avaliar sua contribuição no desenvolvimento socioeconômico de um pequeno município não é simples. O fato de um pequeno município ser internacionalmente conhecido e a melhora em alguns indicadores sociais não são suficientes para afirmar que há o desenvolvimento socioeconômico. O desenvolvimento local via turismo não se mede em alcance do produto turístico. Um município pode ser mundialmente conhecido e não oferecer melhores condições de vida aos seus moradores. Da mesma forma, que não é possível atribuir unicamente ao turismo os méritos das melhoras dos índices sociais.

Devido à complexidade dos efeitos da atividade turística na vida das sociedades envolvidas, não é possível considerar “o desenvolvimento como uma meta a ser atingida, medida e mediada pela produção de mercadorias” (RODRIGUES, 2002, p.47). Desde 1990 as implicações, positivas e negativas, gerados pelo turismo recebem crescente atenção. Porém, pouco se avançou na capacidade de medir e avaliar o papel que o turismo desempenha nos municípios enquanto estratégia de desenvolvimento socioeconômico. “Pouco se avançou em termos de estudos, pesquisas e modelos de medidas de impactos que a atividade de turismo exerce no desenvolvimento local” (CUNHA; CUNHA, 2005, p. 15).

As peculiaridades de cada localidade e as demandas sociais de seus habitantes devem ser os parâmetros para medir o desenvolvimento, sendo então, as metas de desenvolvimento particulares e individuais a cada localidade. Identificar a influência do turismo no desenvolvimento em pequenos municípios exige atenção especial e detalhada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Priscilla; MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades da Microrregião de Catalão (GO): Reflexões sobre os municípios de Corumbaíba e Ouvidor (GO). **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 3, n. 1, ano IX, p. 1-23, dez. 2009.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequena Cidade: uma caracterização. **Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, Desenvolvimento regional e transformações socioespaciais**. Santa Maria, nov. 2009.

BRASIL. Controladoria-Geral da União: **Portal da Transparência**. Disponível em: <[www.http://transparencia.gov.br](http://transparencia.gov.br)>. Acesso em 16 de mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de jul. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Regiões de Influências das Cidades -2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de jul. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **IBGE Cidades**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de jul. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): **Ocupações em Atividades Características do Turismo - 2014**. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 16 de fev. 2016.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana de formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: CORRÊA, R. L. (org). **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 275 - 290.

CUNHA, Sieglind Kindl; CUNHA, João Carlos. Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma Proposta de Modelo Sistêmico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. **Revista Brasileira de Administração**, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, v. 2, n. 2, jul/dez. 2005, p. 47-62.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. **América Latina: cidade, campo e turismo**, São Paulo: USP, dez. 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2006.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul**: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

GOMES, Carina Sousa. O turismo como via de engrandecimento para cidades: dilemas e estratégias de desenvolvimento de quatro cidades médias da Península Ibérica. **Atas do VII**

Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações. Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2012.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes Para o Turismo Sustentável em Município.** São Paulo: Roca, 2002.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá: PGE, 2009. p. 15-41.

O ESTADO. Felipe Muniz Palhano. **Uma nova “essência” para o turismo de luxo.** 17 jul. 2014. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/artesagenda/uma-nova-essencia-para-o-turismo-de-luxo>. Acesso em 03 de jan. 2016.

ROCHA, José Murilo; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes. Turismo em Fernando de Noronha – Uma visão de sustentabilidade a partir do estruturalismo. **Cenário**, Brasília, v.1, n.1, p. 74 – 92, dez. 2013.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Editora Hucitec, 2002.